

PRODUÇÃO E CIRCULAÇÃO DAS OBRAS DIDÁTICAS DE MONTEIRO LOBATO: CONTROVÉRSIAS DE UM DEBATE¹

Kazumi Munakata²
Lucilene Rezende Alcanfor³

RESUMO

O objetivo deste estudo é discutir a produção e circulação das obras didáticas do escritor Monteiro Lobato no contexto político e educacional da década de 1930, período em que houve grande expansão de publicações do gênero literário infantil voltado para os conteúdos escolares. Os livros infantis com temáticas escolares vão se constituir numa modalidade de literatura bastante utilizada pelo mercado editorial brasileiro, por terem um público certo e garantido: o escolar. A análise de fontes documentais permitiu discutir o papel dos mediadores culturais no fomento às novas práticas de leitura, viabilizado pelas políticas públicas e intensificando a produção do gênero literário infantil, além dos debates travados na imprensa a respeito das obras didáticas de Monteiro Lobato, na tentativa de superar a literatura escolar tradicional.

PALAVRAS-CHAVE: Monteiro Lobato. Literatura infantil. Livro didático. Práticas de leitura.

¹ Essa pesquisa é resultado parcial da dissertação *Produção e circulação das obras didáticas de Monteiro Lobato*, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2010.

² Professor doutor do Programa de Estudos Pós-Graduados em Educação: História, Política, Sociedade da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Email: <kazumi.munakata@gmail.com>.

³ Mestre em História da Educação pelo Programa de Estudos Pós-Graduados em Educação: História, Política, Sociedade, pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. E-mail: <lualcanfor@hotmail.com>.

INTRODUÇÃO

Na intenção de discutir a produção e circulação de duas obras didáticas de Monteiro Lobato, este artigo envereda por caminhos mais sinuosos, colocando em evidência o papel da literatura infantil e do livro didático como gêneros distintos que foram se constituindo e se incorporando à escola. Apresenta aspectos que demonstram as tensões e as divergências de um debate que se travou nas primeiras décadas do século XX, resultante de movimentos pedagógicos que defendiam novas práticas de leitura, fomentadas por sujeitos representativos da esfera educacional e pelas editoras que criam suas coleções encabeçadas por nomes expressivos da política pública de ensino que reconheciam na cultura e na educação as alavancas da transformação social. No entanto, a tarefa educativa visava, mais do que a transmissão de conhecimentos, à formação de uma mentalidade nacional.

Os dispositivos de leitura postos em circulação pelas reformas educacionais e que legitimavam as novas práticas atribuíam no livro uma nova função além de simples depositário da cultura universal, portanto, na intenção de instruir e divertir, era preciso suplantar o modelo tradicional de livro didático.

Choppin (2004) afirma que, devido à complexidade do objeto “livro didático” – pela multiplicidade de funções, pela coexistência de outros suportes educativos e pela diversidade de agentes que ele envolve – o historiador que se interessa por esse objeto ou pelas edições escolares depara-se, logo de início, com um problema de definição, e essa dificuldade de conceituação se dá, justamente, pela própria complexidade da natureza da literatura escolar.

Investigando as relações entre a literatura juvenil e os saberes científicos, Anne-Maire Chartier (1999) coloca em evidência a

apropriação que o mercado editorial faz desse produto, tornando esse veio literário-científico um filão para uma legião de autores que querem participar da aventura editorial vulgarizando os conhecimentos científicos tanto para as crianças, como para os adultos. A aliança do útil ao agradável que se mistura na narrativa literária/instrutiva não se contenta em alimentar as leituras de lazer e passa a ter como principal finalidade servir à aprendizagem.

Portanto, discutir a produção e circulação das obras literárias/didáticas de Monteiro Lobato requer levar em conta em que condições políticas, educacionais e mercadológicas essas obras foram gestadas e postas em circulação para o público escolar. Nesse sentido, foi preciso recuperar o debate travado na imprensa do período compreendido deste estudo para, então, entendermos os movimentos legitimadores de uma política pública que, valendo-se de um discurso democrático, prescreviam a necessidade de incentivar a leitura sadia e instrutiva, colocando em desuso os métodos tradicionais de ensino.

LEITURAS RECREATIVAS E LEITURAS ESCOLARES

Os anos 1920 e 1930 foram cenários de representativas mudanças na construção do sistema educacional brasileiro, principalmente pela ação de vários educadores comprometidos com os ideais da Escola Nova. Objetivando implantar métodos ativos de ensino no combate ao verbalismo e em defesa de uma concepção dinâmica de educação, o aluno passa a ser percebido não de forma inerte, mas em constante movimento, o que significa demarcar fronteiras com o denominado ensino tradicional.

Segundo Nagle (1976), na década de 1920, produziu-se uma literatura educacional em torno das novas concepções de ensino, criança, aprendizagem etc. Essa literatura educacional aparece como um dos mais importantes instrumentos de sustentação dos frequentes debates focalizando a educação, da mesma forma que desempenha o papel de preparadora e de transmissora das novas modalidades de percepção da problemática educacional, especialmente do modelo escolanovista. Nesse sentido, a produção dessa literatura deixa de ser restrita ao âmbito do Congresso Nacional para fazer parte dos planos editoriais privados, estendendo-se para uma camada mais ampla de leitores, com uma preocupação cada vez maior com os assuntos de natureza especificamente educacional ou pedagógica. A questão das finalidades da educação, do currículo e, especialmente, dos métodos de ensino vai ser a que mais polariza a atenção dos estudiosos.

Nos primeiros trabalhos que aparecem sobre o escolanovismo, observa-se uma preocupação exagerada com o “concreto”, o qual

[...] vai ganhar sentido pelo uso de um esquema doutrinário que, de modo geral, reforça a idéia de que a escolarização é um processo autônomo, que só pode ser adequadamente compreendido por meio de ‘leis’ que lhe são inerentes, e especialmente as leis de natureza psicológica. É esta parte da literatura educacional que se torna mais especializada e proporciona maior prestígio aos educadores. Falar em nova concepção da infância, em etapas do desenvolvimento do educando, em centros de interesses ou em projetos – enfim, falar com as palavras e nos temas da ‘nova pedagogia’ – era uma das principais condições para que uma pessoa se transformasse em educador de méritos, num momento em que o termo educador significava, antes de tudo, o novo teorizador da escolarização (NAGLE, 1976).

É nesse movimento renovador que as editoras criam séries especializadas, ou seja, coleções de obras sobre a escolarização, organizadas pelos denominados “especialistas ou técnicos” em assuntos educacionais que irão legitimar os discursos em voga sobre educação.

Vidal (1998) afirma ser uma nova forma em frente à aquisição do conhecimento e também uma nova forma de abordar a leitura na escola, pois, de acordo com as modernas concepções de ensino, mesmo sentados e em silêncio, os alunos poderiam estar “ativamente” envolvidos com a aprendizagem.

Nesse sentido, educadores e educadoras comprometidos com o ideal escolanovista dedicaram-se a organizar novas práticas discursivas em torno do livro e da leitura, modelando seu uso escolar e normatizando as formas de apropriação do lido. Artigos sobre técnicas de leitura e estudo começaram a ser publicados em revistas especializadas, que também davam destaque ao debate desencadeado no fim dos anos 10 e ao longo dos anos 20 sobre as vantagens e desvantagens do método analítico de ensino da leitura em oposição ao método sintético, em voga no início do século. Programas de ensino foram reformulados, priorizando as atividades de discussão e seminário. Todo um campo disciplinar passou a ser desenvolvido, tendendo a discriminar o bom e o mau uso da leitura: técnicas de ler, posturas corporais do leitor, características do ambiente de trabalho (VIDAL, 1998).

O livro deixava de ser o centro da atividade pedagógica, instância máxima de autoridade, para servir como instrumento de trabalho. Assumia, assim, uma nova função, na qual, de simples depositário da cultura universal, passava a ser visto como uma rica fonte de experiência. A leitura ganha destaque na formação intelectual do educando, como meio de acesso à informação e como elemento formador da mente infantil.

Portanto, era preciso substituir a leitura enfadonha e desinteressante da escola tradicional pela leitura prazerosa, que propiciasse à criança momentos de descontração e de aprendizagem que só o livro, interpretado pela sua nova função, ou seja, de instrumento de trabalho, poderia oferecer ao educando.

Buscando compreender como os discursos educativos dos anos 30 modelaram e foram modelados por uma prática escolar, Vidal analisa em sua tese os dispositivos de leitura postos em circulação no Distrito Federal pela Reforma Anísio Teixeira, entre 1932-1935, como diretor de Instrução Pública.

Tal foi a importância da leitura no ensino carioca dos anos 1930, que se exigia, na Escola de Formação de Professores, a frequência às disciplinas de Leitura e Linguagem e Literatura Infantil, a fim de que as professoras estivessem habilitadas para a iniciação das crianças no mundo da leitura. De acordo com Anísio Teixeira (apud VIDAL, 2001).

Ler, escrever e contar é indispensável, mas é fator precário de qualquer aumento de rendimento no trabalho do brasileiro ou de qualquer transformação útil nos seus hábitos de vida, desde que tais habilidades, puramente mecânicas, não se venham juntar os hábitos da leitura inteligente e selecionada e da pesquisa de soluções para os seus problemas quotidianos de vida ou de profissão.

Se a escola, para os defensores do movimento da Escola Nova, vivia um processo de contínua transformação, o mesmo ocorria com a criança e deveria ser com o que se produzia para ela, ou seja, um público específico que requeria uma literatura diferenciada, desde que não subestimasse o potencial criativo e crítico da criança.

A concepção do saber ler se altera significativamente na nova representação da criança à qual deveriam ser oferecidas

atividades “atraentes” que se inserissem numa “leitura-prazer”. Conquistada por essas novas representações, na escola vão perdendo lugar os discursos envelhecidos, pois

Algo se transformou, e de modo fundamental: se o gosto das crianças, seus desejos e seus prazeres agora contam tanto para o sucesso de alguns autores e o fracasso de outros, a leitura torna-se um produto cujo alvo será necessário ‘recalibrar’ continuamente, em função do público e de sua demanda. Assim, em 1930 os manuais de leitura entram, com alegria e inocência, na era do consumo cultural, em que a abundância é indispensável, e a novidade, irresistível (CHARTIER; HÉBRARD, 1995).

É justamente na expansão desse mercado que se avolumam as publicações para o público infantil, intensificando o debate em torno dessas produções. É nessa conjuntura de mercado que Monteiro Lobato encontra um flanco para se projetar como escritor, pois, se o acompanhamento da produção viabilizava novas perspectivas de mercado para Monteiro Lobato renovar como editor, a arguta percepção garantiu-lhe a inovação da produção literária, especificamente a infantil, quando abandonou o ramo editorial, dedicando-se, a partir da década de 1930, à produção literária infantil que abordasse temáticas escolares.

De acordo com Toledo (2001), a descoberta do livro como “bom negócio” leva Lobato, na condição de editor, a lançar-se no mercado de livros escolares, publicando livros ligados ao movimento de renovação do ensino primário, em São Paulo, o que lhe permite oferecer outros gêneros de textos para a escola, como é o caso do livro *Contos Escolhidos*, escrito por ele e adotado pelo Colégio Mackenzie, em 1925.

Do ponto de vista editorial, a lógica não é mais produzir materiais organizados exclusivamente para o uso escolar, mas

que podem ser também utilizados como livros de leitura escolar. Nesse caso, o que é prescrito pela escola como leitura adequada às diferentes faixas etárias torna-se um dos princípios de organização dos livros endereçados ao público escolar, como é o caso dos *Contos Escolhidos*, ou do livro *Narizinho Arrebitado*, com formato e ilustrações adequadas à criança. Há, portanto, uma clara estratégia de adaptar a literatura para a leitura escolar, conquistando novos públicos leitores por intermédio das indicações escolares.

LITERATURA ESCOLAR: UM MERCADO MUITO PROMISSOR

Se Monteiro Lobato visualizava uma prática de leitura mais condizente com os preceitos modernos de educação, o que refletiu especificamente na sua produção literária infantil dos anos 1930, a estratégia de adaptar a literatura para a leitura escolar mostrava-se estar de acordo com as prescrições das escolas condizentes com as leituras adequadas às diferentes faixas etárias, pois os livros infantis de Lobato publicados a partir dessa década abordavam, especificamente, conteúdos de disciplinas escolares, como História (*História do mundo para as crianças*, 1933), Gramática (*Emília no país da gramática*, 1934), Matemática (*Aritmética da Emília*, 1935), Geografia (*Geografia de Dona Benta*, 1935) e Ciências Naturais (*A reforma da natureza, O espanto das gentes*, 1941). Os demais versavam sobre temáticas diversas, como Astronomia (*Viagem ao céu*, 1932), Geologia (*O poço do Visconde*, 1937), Ciências Exatas (*História das invenções*, 1935; *Serões de Dona Benta*, 1937), Política (*A chave do tamanho do mundo*, 1942), Literatura (*Reinações de Narizinho*, 1931; *Dom Quixote das crianças*, 1936), Folclore (*Histórias de Tia Nastácia*, 1937), Língua Inglesa (*Memórias da Emília*, 1936), Mitologia grega

(*O minotauro*, 1939) e *Filosofia (Os doze trabalhos de Hércules)*, 1944).

Na estratégia do escritor de adaptar a literatura à literatura escolar é preciso considerar outro aspecto que pode intervir em sua produção, ou seja, o entusiasmo manifestado por Lobato pelas propostas escolanovistas e as relações estabelecidas com educadores expoentes do movimento de renovação educacional, favorecendo a circulação de suas obras em instâncias públicas de ensino, ou órgãos mediadores como as bibliotecas.

É um dos expoentes do movimento escolanovista com quem Lobato estabeleceu grande vínculo de amizade foi com Anísio Teixeira. Foi por intermédio de Lobato que Teixeira se aproximou de Fernando de Azevedo, um dos maiores articuladores do movimento de renovação educacional brasileiro. Em carta de 1928 para Fernando de Azevedo, então diretor de Instrução Pública do Distrito Federal, Lobato apresenta-lhe Anísio Teixeira, manifestando as ideias compartilhadas pelo grupo.

Fernando. Ao receberes esta, pára! Bota pra fora qualquer senador que esteja aporrinhando. Solta o pessoal da sala e atende ao apresentado, pois ele é o nosso grande Anísio Teixeira, a inteligência mais brilhante e o melhor coração que já encontrei nesses últimos anos da minha vida [...]. Ouve-o, adora-o como todos que o conhecemos o adoramos e torna-te amigo dele como nos tornamos eu e você. Bem sabe que há uma certa irmandade do mundo, em que os irmãos, quando se encontram, reconhecem-se (apud FRAIZ; VIANNA, 1986).

Essa “irmandade” atestada por Lobato e presente nas correspondências evidencia como esses intelectuais foram articulando projetos em comum, representando a expectativa

manifestada por diversos pensadores brasileiros daquela geração: de que a escola exercesse uma força modificadora das condições da vida intelectual e coletiva. E um dos meios estratégicos de intervir na situação vigente seria pela criação de coleções de obras sobre a escolarização, legitimadas pelos especialistas em educação.

Valendo-se das coleções, a Companhia Editora Nacional, herdeira da marca inovadora e da experiência imprimida por seus antigos sócios, Monteiro Lobato e Octales Marcondes Ferreira, vai lançar, a partir dos anos 1930, sob a direção deste último como único dono, entre outras coleções e séries, a *Biblioteca Pedagógica Brasileira*, dirigida e organizada por Fernando de Azevedo, o qual, após a reforma realizada no Distrito Federal (1927-1930), como diretor de Instrução Pública, se projetou como um dos principais nomes em torno dos quais se constituiu o projeto político-educacional de bases escolanovistas.

De acordo com Toledo (2001), os nomes que encabeçavam as coleções as distinguiam e as credenciavam como selos de qualidade das escolhas nelas efetuadas, podendo selecionar o que poderia ser de maior importância para os leitores cujos perfis se enquadravam na proposta da coleção. Os organizadores das coleções também poderiam vincular seus projetos às coleções para as quais eram chamados a organizar, ganhando espaços estratégicos para a divulgação de suas ideias e as dos grupos aos quais estavam vinculados.

No caso da *Biblioteca Pedagógica Brasileira* o seu objetivo era a “[...] ofensiva contra a literatura escolar tradicional [e ao] último reduto da escola tradicional” (TOLEDO, 2001), portanto, vinculando o projeto político de Fernando de Azevedo ao empreendimento comercial da editora.

Esse empreendimento editorial compreendia a organização de produtos específicos que atendessem às demandas criadas em torno do movimento educacional, e a principal medida para atender a esse contingente seria pela renovação do material didático por meio dos conteúdos (TOLEDO, 2001).

A Biblioteca Pedagógica Brasileira, constituída em torno de autores alinhados ao Projeto de Renovação Educacional, subdividia-se em cinco séries: 1ª série – Literatura Infantil, 2ª série – Livros Didáticos, 3ª série – Atualidades Pedagógicas, 4ª série – Iniciação Científica e 5ª série – Brasileira.

Quanto às prescrições do catálogo da Companhia Editora Nacional de 1933, procuraremos nos deter apenas nas duas primeiras séries, as quais são divididas da seguinte forma:

1ª Série é uma coleção de obras de literatura infantil, destinadas às crianças brasileiras, em que se incorporarão, traduzidas por mestres, obras universalmente consagradas da literatura infantil.

A 2ª Série compreende obras propriamente didáticas, isto é, de aplicação didática, para manuseio de alunos em escolas primárias, secundárias e superiores. É uma coletânea de compêndios, pequenos tratados e seletas de autores de valor incontestável e identificados com as novas correntes metodológicas. Ela pretende ser a melhor, a mais atual mais completa coleção de obras didáticas.

Ao contrário das prescrições da série 2 dos livros didáticos, não há na série 1 muita clareza quanto à seleção dos livros que se inserem nessa categoria, já que vem apenas denominado “coleção de obras da literatura infantil destinadas às crianças brasileiras”, enquanto, na de livros didáticos, há uma preocupação em explicar para o leitor o que essa categoria compreende, o que nos leva a questionar quanto à inserção das obras de literatura didática de Monteiro Lobato na série 1 e não

na série 2 ou mesmo por não comporem outras coleções do catálogo da editora, nas quais suas obras são condizentes, como a *Coleção Terramarear*, que abordava temas como “[...] aventuras, viagens, histórias, esportes, heroísmos [...]”, e a *Coleção Livros Escolares*, próprios para o “[...] ensino da leitura, [os quais eram] aprovados e adotados pela Diretoria de Instrução Pública de São Paulo e outros Estados do Brasil [...]”, coleção da qual fazia parte, entre outros, os livros de leituras literárias de Thales Castanho de Andrade.

Nesse sentido, é preciso considerar os mecanismos que levaram a essa produção, ou seja, como produto de estratégias editoriais em complexa correspondência com estratégias políticas e pedagógicas determinadas. Portanto, é preciso analisá-los em sua materialidade, como objeto cultural e produto de práticas sociais determinadas.

Para compreendermos esses mecanismos de produção, partimos da perspectiva da História Cultural que tem privilegiado o livro como importante fonte de investigação, analisando a produção literária não reduzida ao estudo do texto, mas ao objeto material livro, entendido como produto cultural.

Nessa perspectiva, o estudo de uma coleção inscreve-se no território conceitual e historiográfico de Roger Chartier, para o qual é central o sentido de materialidade do impresso, ao considerar que

Contra a representação, elaborada pela própria literatura, do texto ideal, abstracto, estável porque desligado de qualquer materialidade, é necessário recordar vigorosamente que não existe nenhum texto fora do suporte que o dá a ler, que não há compreensão de um escrito, qualquer que ele seja, que não dependa das formas através das quais ele chega ao seu leitor (CHARTIER, 1990).

Portanto, analisá-los em sua materialidade, segundo Carvalho e Toledo (2007), implica reconhecê-los como um suporte material e como um dispositivo modelizador de práticas de leitura, trazendo à cena os usos que prescrevem, a partir dos dispositivos textuais e tipográficos de produção de sentido. Procedimento este que não pode dispensar o cuidado com que Chartier chama de sentido das formas, analisando a configuração material do impresso como forma produtora de sentido.

No caso dos livros infantis de Monteiro Lobato, a hipótese mais plausível é a de que, mesmo tendo Lobato, a partir da década de 30, abandonado a função editorial e se dedicado à produção literária, sua ação estava em conformidade tanto com os dispositivos editoriais de produção material do livro, quanto com suas intenções como escritor. Portanto, em conformidade com as estratégias que corroboram a hipótese de que suas obras infantis, mesmo com conteúdos didáticos, se inserem na série 1 de literatura infantil e não na série 2 de livros didáticos, pelo fato de torná-las diferenciadas e mais agradáveis do que os manuais didáticos, como proposta de uma nova metodologia de ensino para a aprendizagem dos conteúdos escolares, confirmando seu posicionamento crítico mediante ao que se produzia para a escola e em consonância com o projeto político de renovação educacional.

Tomando como interpretação o conceito de estratégia de Michel de Certeau (2004), é possível analisar a produção desse gênero de Monteiro Lobato como produto de uma estratégia pedagógica e editorial que visava a um público específico: o escolar.

A estratégia dos pioneiros da educação de constituir uma nova cultura escolar pautada em modernos princípios pedagógicos

pretendia, entre outras ações que corroboravam as estratégias da Biblioteca Pedagógica Brasileira, fornecer material de leitura para as escolas, rearticulando, assim, a nova literatura escolar que expulsaria definitivamente da escola as práticas tradicionais de ensino (TOLEDO, 2001).

Uma das ações estratégicas de difusão do livro, conforme as novas práticas educativas dos pioneiros, pode ser percebida na gestão de Anísio Teixeira como diretor de Instrução do Distrito Federal. O Programa de Linguagem que fazia parte dos Programas e Guias de Ensino, de acordo com a reforma anisiana, dá grande destaque ao serviço de biblioteca.

Com 282 volumes em 1932, a biblioteca escolar da Escola Primária do Instituto de Educação amplia seu acervo para 482 em 1933. A cada livro lido, deveria ser preenchida uma ficha de leitura pelos alunos, o que significava, para a administração da escola, conscientizar os estudantes da importância do livro e da leitura. As atividades da biblioteca giravam em torno da leitura de literatura infantil (VIDAL, 1998).

Em 1932, a biblioteca começou a comprar obras exclusivamente destinadas ao público infantil.

Não literatura para moças, mas estórias infantis, clássicos como Irmãos Grimm, La Fontaine e Hans Andersen, traduzidos por Thales C. de Andrade e Arnaldo de Oliveira Barreto, em sua maioria, e livros de Monteiro Lobato. Textos que auxiliavam o trabalho dos cursos de Leitura e Linguagem, Literatura Infantil, a prática docente dos futuros mestres e das professoras do ensino elementar no cumprimento das disposições da reforma anisiana (VIDAL, 2001).

De acordo com Vidal (2001), ao final de cada ano letivo, como lembrança das escolas que cursavam e convite à continuidade da leitura, livros eram distribuídos aos alunos pelo

Departamento de Educação, por meio da Biblioteca Central de Educação. Em 1933, foram entregues 3.967 volumes dos livros *História do mundo para as crianças*, adaptado por Monteiro Lobato, e *Contos de Hauff*, traduzido e adaptado por Lina Hirsch.

Acompanhando o movimento de edições da Companhia Editora Nacional (a análise foi feita a partir de fichas fotocopiadas do acervo da editora) fica perceptível, pelo volume de tiragem dos livros infantis de Lobato, o quanto, em determinados momentos históricos, foi favorecida a circulação de suas obras nas instâncias públicas de ensino, como foi o caso do Distrito Federal. *História do mundo para as crianças*, por exemplo, por ocasião de sua primeira edição, em 1933, teve uma tiragem de 12.500 exemplares. Nos anos subsequentes, até o começo da década de 1940, o volume de saída não passou dos 7.000 exemplares.

Já *Emília no país da gramática*, em sua primeira edição, em 1934, teve uma tiragem de 20.000 exemplares. Na segunda edição, em 1935, cai para 10.000 exemplares. Da terceira à quarta edição, que vai de 1937 a 1940, o volume de saída fica em torno dos 7.000.

Geografia de Dona Benta, lançado em 1935, apresenta uma tiragem de 15.000 volumes. A segunda edição só vai ser lançada em 1939, com 6.072 volumes. A terceira em 1942, com 7.085 volumes; e, por fim, a quarta e quinta edição em 1944, com 10.090 volumes.

Com *Aritmética da Emília* também não foi diferente. A primeira edição, lançada em 1935, apresenta uma tiragem de 15.000 volumes, caindo a segunda e a terceira edição, que vai de 1939 a 1942, para 6.000 exemplares. O livro *História das invenções* apresenta o mesmo quadro, ou seja, por conta da

primeira edição, em 1935, a tiragem é de 15.000, caindo a segunda edição em 1940, para 5.055 volumes.

Coincidentemente, ou não, Monteiro Lobato produziu a maioria de suas obras com conteúdos didáticos de 1933 a 1935, época de maior tiragem dessas obras, como foi demonstrado no movimento das edições, justamente no período que compreende a gestão de Anísio Teixeira.

Mesmo não fazendo parte do movimento dos pioneiros da educação nova, Monteiro Lobato, indiretamente, partilhava dos mesmos princípios norteadores, ou seja, de renovar a sociedade pela cultura e pela educação, considerando que sua obra infantil abraçou temáticas e dilemas referentes aos projetos de construção nacional, beneficiando-se o escritor dessa rede de sociabilidade que lhe garantiu a circulação de suas obras infantis em instâncias públicas de ensino.

DEBATE EM TORNO DO LIVRO PARA CRIANÇA

O impresso desempenhou papel fundamental, como dispositivo de regulação e modelagem do discurso e da prática pedagógica na década de 30. Com a criação do Ministério da Educação e Saúde, inauguram-se espaços de poder de estratégica importância do aparelho escolar, resultando em disputas pela implementação de programas político-pedagógicos concorrentes, configurando-se em dois grupos antagônicos: os católicos e os pioneiros da educação nova.

Se as estratégias editoriais de difusão de modelos educacionais adotadas por essas duas distintas plataformas políticas fomentaram a disputa pela organização e direção do sistema educacional brasileiro, o conflito entre “católicos” e “renovadores da educação”, assim denominados após 1931, vai

se intensificar após a publicação, em 1932, do *Manifesto dos pioneiros da educação*, redigido por Fernando de Azevedo.

Principalmente na gestão de Gustavo Capanema no Ministério da Educação (1934-1945) e com a criação do Instituto Nacional do Livro, o governo intensificou os esforços em controlar a circulação de obras, entre outras ações, por meio da distribuição de títulos “apropriados” à leitura.

Monteiro Lobato, principal autor de literatura infantil do Brasil daquele período, não chegou a colaborar com o ministério Capanema e, como se sabe, bateu de frente com Getúlio Vargas durante o Estado Novo, o que lhe custou, parcialmente, a censura de suas obras infantis. Por abordar temáticas e dilemas referentes aos projetos de construção nacional, colocado em pauta num contexto avaliado como historicamente decisivo, pelo governo e por intelectuais, o escritor foi alvo de muitas críticas nesse período.

Em carta endereçada a Oliveira Viana, em agosto de 1934, Lobato afirma não reconhecerem os críticos a significação de se tratar, de forma nova pela literatura infantil, de conteúdos de matérias abstratas, como a aritmética, ou concretas, como a geografia.

A minha Emília está realmente um sucesso entre as crianças e os professores. Basta dizer que tirei uma edição inicial de 20.000 e o Octales está com medo que não agüente o resto do ano. Só aí no Rio, 4.000 vendidas num mês. Mas a crítica de fato não percebeu a significação da obra. Vale como significação de que há caminhos novos para o ensino das matérias abstratas. Numa escola que visitei a criança me rodeou com grandes festas e me pediram: ‘Faça a Emília do país da aritmética’. Esse pedido espontâneo, esse grito d’alma da criança não está indicando um caminho? O livro como temos tortura as pobres crianças – e no entanto poderia diverti-las, como a

gramática da Emília o está fazendo. Todos os livros podiam tornar-se uma pândega, uma farra infantil. A química, a física, a biologia, a geografia prestam-se imensamente porque lidam com coisas concretas. O mais difícil era a gramática e é a aritmética. Fiz a primeira e vou tentar a segunda. O resto fica canja. O Anísio Teixeira acha que é toda uma nova metodologia que se abre. Amém (LOBATO, apud NUNES, 1986).

A passagem de um artigo (provavelmente de 1935) intitulado *Literatura perniciosa* é ilustrativa quanto à repressão sofrida por Lobato. De autoria desconhecida, o artigo chama a atenção dos agentes públicos sobre o cuidado que se deveria ter com a formação intelectual e moral da juventude, afirmando que, em todos os países modernos, o Estado exerce fiscalização sobre os livros destinados às crianças e políciam energicamente a literatura infantil. Alega que nenhum livro é adotado nas escolas sem que se hajam pronunciado as comissões técnicas encarregadas de escolher o material didático dos cursos de instrução, cuidado este que não tem sido tomado pelo Brasil. No entanto, afirma que, somente “agora” o Ministro Capanema procura com empenho corrigir as falhas e defeitos da literatura infantil. E uma das medidas tomadas por Capanema foi por meio da organização de uma “Comissão Nacional de Literatura Infantil”, que funcionou durante todo o ano de 1936.

O artigo procura chamar a atenção do governo para o livro *Geografia de Dona Benta*, recentemente publicado e de autoria de Monteiro Lobato, o qual é acusado de ser partidário de uma campanha separatista, empreendendo a sua obra uma perversão dos sentimentos cívicos das crianças do Brasil, pois

Com a idéia de exaltar São Paulo, o escritor diminui acintosamente outros Estados, humilha a população de Mato Grosso e trata ironicamente o Estado de Minas Gerais.

O Sr. Monteiro Lobato pode ter sobre os assuntos relativos à sua pátria as idéias que melhor lhe parecerem, mas a opinião nacional não permitirá que em livros destinados às crianças instile o veneno de um estúpido regionalismo, que pretende afirmar-se à custa de insultos atirados ao resto do país.

A ‘Geografia de Dona Benta’ é uma ignomínia e a ‘Editora Nacional’ publicando-a e incorporando-a a uma Biblioteca Pedagógica Brasileira, fez-se cúmplice do crime de lesa-pátria praticado pelo escritor paulista. [...].

A ‘Geografia de Dona Benta’ poderá ser classificada entre os livros que servem aos propósitos da propaganda comunista, pois que o seu fim bem claro é lançar no espírito da infância sentimentos anti-patrióticos, visando a futura desagregação do Brasil [...].

O governo brasileiro, por sua vez, tem a obrigação de apreender o pérfido livro e chamar a responsabilidade aqueles que, por essa forma, estão trabalhando contra os interesses mais sagrados do Brasil.

Em outro artigo, *O Brasil insultado por brasileiros*, publicado no Rio de Janeiro, provavelmente no mesmo período, também há severas críticas à obra *Geografia de Dona Benta* por ter sido adotada oficialmente nas escolas. A matéria chama a atenção dos agentes públicos para a proibição do livro nas instituições de ensino, alegando, também, o seu teor separatista e amoral.

Soares (2002) afirma que, na medida em que Lobato enveredava pelo caminho da literatura infantil, o escritor acentuava em sua obra os elementos críticos, ateus e irreverentes que provocaram crescente resistência à difusão de seus livros entre certos mediadores culturais da época, desde os censores católicos e autoridades estadonovistas a certas figuras

representativas do movimento escolanovista, como Lourenço Filho.

Uma das ações pode ser observada em uma carta endereçada da Editora Civilização Brasileira a Octales Marcondes Ferreira, proprietário da Companhia Editora Nacional. Apesar de incompleta e não constar o nome do remetente, a carta de 19 de março de 1936 é reveladora quanto à conspiração que Lourenço Filho fez para desbancar Fernando de Azevedo, provavelmente da Diretoria de Instrução Pública do Estado de São Paulo, e contra Anísio Teixeira, boicotando o *Programa de Ensino* instaurado pela reforma educacional no Distrito Federal.

Alegando ter feito um trabalho de “sapa” a respeito do modo como Lourenço Filho pensava a obra de Lobato, o remetente esclarece que pessoas de sua confiança do magistério revelaram-lhe que o livro *Geografia de Dona Benta* foi criticado e entregue ao ministro, alegando ser essa uma campanha recente contra a obra, pois o livro estava sendo vendido em grande escala sem nenhum protesto de professores, pais de alunos ou jornalistas.

Ao mesmo tempo que isto sucedia, a título de ser necessário rever os programas, para organizá-los sobre novos moldes. Está aqui o grande golpe contra nós. Para lançar a confusão, o Lourenço fez crer que estes programas tinham tendências bolchevistas. Ao mesmo tempo que nos atingia deslocava do Instituto de Pesquisas, para a Seção de Matérias do Instituto de Educação, que ele, dirige, a organização dos novos.

Com isto inutiliza ele todo o pessoal do Anísio que vinha colaborando na orientação da educação na Escola Primária.

Este programa novo será publicado em fascículos e distribuídos gratuitamente a todos os professores municipais.

Como os atuais programas serão postos de lado, nós ficaremos com o encalhe, enquanto se prepara a oportunidade da Melhoramentos publicar, posteriormente, para o resto do Brasil os novos (grifos do autor)

Se, por um lado, as obras infantis de Lobato com conteúdos didáticos estavam sendo bem recebidas pelo público em geral, apesar de ações estatais se oporem contra a circulação delas, por outro lado, especificamente no caso dos interventores católicos, a mobilização em prol da dizimação de suas obras ocorria de forma intensa por esse grupo, contando com o apoio de agentes públicos, como foi o caso de Lourenço Filho.

Um exemplo dessa articulação foi a manifestação da Associação dos Professores Católicos de Diamantina, publicada no Jornal Católico *A União*, do Rio de Janeiro, em 11 de outubro de 1936, que requeria, por meio de uma petição ao Arcebispo de Diamantina, D. Serafim Gomes Jardim, a proibição da circulação das obras de Lobato nessa arquidiocese, temendo os grandes males que poderiam advir da leitura de suas obras para a educação cristã das crianças.

Estas obras são: 'Geografia de Dona Benta', 'História do mundo para as crianças' e a pior de todas 'História das invenções'.

Além dos defeitos de pedagogia, que assinalaram os entendidos e que não são propriamente da nossa competência, sobretudo a frequência de palavras e expressões chulas (como: **o raio do governo**, etc.) estes tais livros são elevados do começo ao fim do materialismo mais crasso e o que é para mais se lastimar são destinados a criancinhas, incapazes ainda de defender a sua fé [...].

A cada momento se alude ao homem, ao **animal homem**, que vem do macaco, que **andava de quatro** pelas florestas, etc. Em certo lugar, o autor chega a ridicularizar o nosso dogma da Ascensão, aliás, mal compreendida por ele. E o perigo é ainda maior em razão do nome do autor e do seu talento em tornar os seus livros atraentes, de sorte que os seus volumes são lidos com verdadeira avidez pelas crianças e se difundem cada vez mais (grifos do autor).

Por volta do mesmo período em questão, também foi emitido um parecer pelo Departamento de Educação da Diretoria-Geral do Ensino de São Paulo, a respeito de *História do mundo para as crianças*. De acordo com Soares (2002), apesar da autoria anônima, todos os indicativos apontam ser o parecer de Lourenço Filho, deixando transparecer os mesmos estilos e argumentos usados pelo educador nos pareceres elaborados para a editora Melhoramentos, a partir dos anos 1930. A referente obra de Monteiro Lobato foi submetida à apreciação da Chefia do Serviço das Instituições Auxiliares da Escola do Departamento de Educação, para que se verificasse a conveniência de distribuí-la às bibliotecas escolares do Estado. Apesar de longo, vale a pena ser transcrito o texto:

O livro ‘História do mundo para crianças’ do Sr. Monteiro Lobato seria mais um passo para a resolução do problema da literatura infantil, não fosse a quantidade de frases, apreciações e alusões inconvenientes à formação mental das crianças. [...] o A. esqueceu a faculdade facilmente sugestionável das crianças, e a facilidade com que elas se impressionam com determinadas apreciações.

Justo será pois que se ponham reparos em certas páginas do livro onde o A. avança demais em seus conceitos.

Assim, à p. 146, o A pretende ironizar um ato do governo sobre a queima do café, incutindo dúvidas, sobre atividades governamentais no espírito das crianças, contra

todos os princípios pedagógicos os quais não admitem ensinamentos que não sejam baseados na segurança e firmeza dos conceitos.

À p. 191, o A. não restringe os seus próprios sentimentos e vasa num livro para crianças este trecho sobre o nosso grande Santos Dumont, que bastaria para condenar o livro todo tal o poder de tristes lembranças e ódios que fomenta: ‘Veja o aeroplano. Quando Santos Dumond o inventou, nem por sombra lhe passou pela cabeça que o maravilhoso aparelho de voar iria ser aplicado para matar gente e destruir cidades.

E dizem que o que apressou a sua morte foi ver a sua máquina de voar planando sobre as cidades paulistas na revolução de 1932 e lançando bombas sobre seus habitantes’ [grifos do autor do parecer].

É contra todos os preceitos educacionais a formação de períodos ou apreciações que admitem dúbias interpretações [...].

A criança brasileira é cristã, cristãos foram nossos primeiros avós [...]. Quaisquer ironias sobre os princípios religiosos, quaisquer conceitos mais ou menos avançados sobre o Deus da nossa fé, reputa-se falta grave contra todo o trabalho educacional [...].

E mais adiante, à pág. 188, nessa semelhança sacrílega. ‘E acha a senhora que a guerra se justifica, vovó? – Para mim não se justifica. Para Jesus Cristo também não se justifica. Mas eu não posso nada no mundo e o próprio Cristo, cujas idéias tomaram conta do ocidente, pode tanto como eu em matéria de guerra [...]’.

Fator de formação social, o livro destinado à literatura infantil não deverá comprometer o preparo para a vida com ideologias estranhas, cuja análise escapam da inteligência em formação, mas que podem deixar dúvidas prejudiciais às tradições sociais e religiosas da família brasileira. Ainda é muito cedo para julgar os russos. Eles

estão fazendo uma experiência em enorme escala [...]. Se no fim der melhor resultado que o sistema existente [...], muito bem. Esses outros países poderão adotar o sistema russo [...].

Integre-se mais o A. no meio infantil restringindo os seus próprios sentimentos e a criança paulista ainda [ilegível] lucrará da sua grande inteligência e da sua notável capacidade de trabalho.

Para a pesquisadora, a despeito das prescrições que Lourenço Filho impunha aos textos que se pretendia destinar às crianças, o educador não concebia a literatura infantil como um instrumento de doutrinação e disciplinarização dos leitores, como se a relação desses com o texto fosse fechada e unívoca, e a leitura, uma resposta fiel às intenções do autor. O que pretendia era sublinhar a importância de as obras sugerirem elementos para um trabalho espontâneo de imaginação infantil. No entanto, o educador condenava as obras que desrespeitavam, por seu sentido, linguagem ou apresentação, o estágio do desenvolvimento em que se encontrava a criança. Seus argumentos exploravam as relações entre experiência artística e formação psicológica e moral infantis. Em diferentes pareceres, condenou o tratamento sarcástico ou irônico de temas ou personagens religiosos, recurso, aliás, que considerava de modo geral inadequado à literatura infantil, devido à incapacidade da criança para perceber a “verdadeira intenção do autor” (SOARES, 2002).

Considerando a intencionalidade de expressar prescrições que pretendiam conformar o universo das leituras infantis, determinadas ações, como essas, bloquearam certos canais de difusão, no entanto não conseguiram conter a inigualável popularização, no panorama literário nacional, da obra infantil de Monteiro Lobato.

Nesse sentido, a escola legitimou o uso dessa literatura escolar, seja como leitura complementar das disciplinas escolares, seja apenas para momentos de leitura livre. O crescente interesse pelo tema da leitura, como atividade escolar e extraescolar, fez da nova literatura infantil que se expandia um contraponto à leitura estafante e desinteressante do livro-texto, em torno do qual gravitavam todas as atividades escolares, consagrando o escritor como um dos expoentes do gênero literário infantil brasileiro.

PRODUCTION AND CIRCULATION OF DIDACTIC WORKS OF MONTEIRO LOBATO: CONTROVERSIES IN A DEBATE

ABSTRACT

The aim this study is to discuss the production and circulation of works didactic writer Monteiro Lobato in the political and educational the 1930, period when there was great expansion of the literary genre of publications devoted to the child school subjects. Children's books with themes students will constitute a form of literature used by the market rather brazilian editorial for having a public right and guaranteed: the school. The analysis of documentary sources allowed to discuss the role of mediators cultural development in the new practices of reading, made possible by public policies and increasing the production of literary genre, beyond the debates in the press about the didactic works of Monteiro Lobato in an attempt to overcome the traditional didactic literature.

KEYWORDS: Monteiro Lobato. Children's literature. Textbooks. Practices of Reading.

REFERÊNCIAS

- 1 CARVALHO, M. M. C.; TOLEDO, M. R. A. Os sentidos da forma: análise material das coleções de Lourenço Filho e Fernando de Azevedo. In: OLIVEIRA, M. A. T. **Cinco estudos em história e historiografia da educação**. Belo Horizonte: Autêntica, 2007. p. 89-110.
- 2 CHARTIER, A. M. Leitura e saber ou a literatura juvenil entre ciência e ficção. In: EVANGELISTA, A. A. M.; BRANDÃO, H. M. B.; MACHADO, M. Z. V. **A escolarização da leitura literária: o jogo do livro infantil e juvenil**. Belo Horizonte: Autêntica, 1999. p. 59-69.
- 3 CHARTIER, A. M.; HÉBRARD, J. **Discursos sobre a leitura (1880-1980)**. São Paulo: Ática, 1995.
- 4 CHARTIER, R. **A história cultural**. Lisboa: DIFEL, 1990.
- 5 CERTEAU, M. **A invenção do cotidiano: artes de fazer**. Petrópolis: Vozes, 2004.
- 6 CHOPPIN, Alain. História dos livros e das edições didáticas: sobre o estado da arte. **R. Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 30, n. 3, p. 549-566, set./dez. 2004.
- 7 FRAIZ, P.; VIANNA, A. **Conversas entre amigos: correspondência escolhida entre Anísio Teixeira e Monteiro Lobato**. Rio de Janeiro: FGV/Cpdoc, 1986.
- 8 NAGLE, J. **Educação e sociedade na Primeira República**. São Paulo: Editora Pedagógica e Universitária Ltda., 1976.
- 9 NUNES, C. **Monteiro Lobato vivo (1882-1948)**. Rio de Janeiro: Record, 1986.

- 10 SOARES, G. P. **A semear horizontes**: leituras literárias na formação da infância, Argentina e Brasil (1915-1954). 2002. Tese (Doutorado em História) - Programa de Pós-Graduação em História Social, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002.
- 11 TOLEDO, M. R. A. **Coleção atualidades pedagógicas**: do projeto político ao projeto editorial (1931- 1981). 2001. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação: História e Filosofia da Educação, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2001.
- 12 VIDAL, D. G. Práticas de leitura na escola brasileira dos anos 1920 e 1930. In: FILHO, L. M. F. **Modos de ler, formas de escrever**: estudos de história da leitura e da escrita no Brasil. Belo Horizonte: Autêntica, 1998. p. 87-116.
- 13 VIDAL, D. G. **O exercício disciplinado do olhar**: livros, leitura e práticas de formação docente no Instituto de Educação do Distrito Federal (1932-1937). Bragança Paulista: CDAPH, 2001.